

Educação e tradição: reflexões a partir de Hannah Arendt e Walter Benjamin

Resumo: Este artigo analisa alguns aspectos da noção de tradição em Hannah Arendt e em Walter Benjamin. Em seguida, aborda a relevância da tradição para uma formação ético-política, sustentando que uma “educação tradicional” pode contribuir para que os educandos delineiem sua pertença a um mundo que compartilham com outros. Defende-se que a apropriação de tradições herdadas, ao contrário do que muitas vezes se afirma, não inviabiliza necessariamente a liberdade do educando, mas promove, fundamentalmente, as faculdades de julgar e pensar por conta própria e a disposição de renovar o mundo. Finalmente, se discutem as repercussões da perda hodierna da tradição para a educação, questionando se ainda é possível formar os mais novos quando o passado parece não ter mais nada a nos dizer e num momento em que nos perguntamos se ainda temos algo a transmitir. Indagamos de que forma podemos nos responsabilizar pela formação dos educandos quando não mais temos uma tradição que nos une e orienta, ou à luz da qual possamos compreender nossas experiências. Sem indicar soluções, ressalta-se a importância de a educação não abrir mão de uma relação significativa com o passado, mesmo na ausência de uma tradição.

Palavras chave: Educação – Tradição – Responsabilidade – Hannah Arendt – Walter Benjamin

Vanessa Sievers de Almeida
Faculdade de Educação – UFBA
vanessa.sievers.a@gmail.com

Education and tradition: reflections based on Hannah Arendt and Walter Benjamin

Abstract: This article examines some aspects of the concept of tradition in Hannah Arendt and Walter Benjamin. Then it discusses the relevance of tradition for an ethical and political education, maintaining that a “traditional education” can help to conceive the belonging of the pupils to a world they share with others. We argue that the appropriation of inherited traditions, contrary to what is often stated, does not necessarily invalidate the freedom of the pupils, but fundamentally promotes the faculties of judging and thinking for themselves and a willingness to renew the world. Finally we discuss the impact that today’s loss of tradition brings to education, querying whether it is still possible to educate the newer ones when the past seems to have nothing more to say and in a moment in which we question ourselves if we still have something to transmit. We ask how we can be responsible for the education of pupils when we no longer have a tradition that unites and guides us, or in light of which we understand our experiences. Without indicating solutions, the article highlights the importance of education not giving up a significant relation with the past, even in the absence of a cohesive tradition.

Key words: Education - Tradition - Responsibility - Hannah Arendt - Walter Benjamin

É comum nos depararmos com propostas educacionais que destacam seu valor inovador, rejeitando os princípios de uma educação chamada de “tradicional” e supostamente ultrapassada. John

(1) Para sermos justos com John Dewey, é preciso ressaltar que o próprio autor se mostra crítico diante de algumas práticas que observa nas “escolas novas”. Elas, às vezes, correm o perigo de tornarem-se dogmáticas, quando, por exemplo, rejeitam qualquer forma de orientação das crianças pelo adulto e consideram que o conhecimento do passado tem pouco ou nenhum papel na educação (DEWEY, 1976, p. 10).

Dewey (1976), por exemplo, em seu livro *Experiência e educação*, de 1938, estabelece um contraste entre a educação tradicional e a educação “nova”. Conforme o autor, a primeira tem por objetivo transmitir informações, habilidades e padrões de conduta do passado, enquanto a segunda se mostra contrária a essa concepção de educação e sugere mudanças. “À imposição de cima para baixo, opõe-se a expressão e cultivo da individualidade, à disciplina externa, opõe-se a atividade livre; a aprender por livros e professores, aprender por experiência [...]”. (DEWEY, 1976, p. 6-7) O contraste é bem claro: de um lado associa-se a tradição à imposição, à disciplina, aos livros e professores e, de outro, estabelece-se uma vinculação entre individualidade, liberdade e experiência individual.¹ Associações desse tipo, de certo modo, passaram a fazer parte do “senso comum pedagógico”.

Na contramão dessa perspectiva bastante difundida no campo da educação, este trabalho apresentará uma análise não do adjetivo “tradicional”, mas do conceito substantivo de tradição, e abordará a relevância da tradição para uma educação que assume responsabilidade pela formação ético-política de seus educandos. Sustentaremos que as ideias de tradição, individualidade, liberdade e experiência não são necessariamente incompatíveis entre si, recorrendo, para tanto, ao pensamento de Hannah Arendt e de Walter Benjamin. Cabe ressaltar que ambos os autores são motivados a tratar da tradição quando constatarem sua perda na modernidade. Benjamin (2012) explica, por exemplo, que a arte de comunicar experiências está em vias de extinção e, no entanto, é justamente nesse momento que podemos perceber com mais nitidez aquilo que está desaparecendo. Nesse sentido, finalmente indagaremos sobre as consequências dessa perda para a educação.

TRADIÇÃO

O termo “tradição” vem do latim *traditio*, que, por sua vez, vem do verbo *tradere*, que significa, entre outras coisas, entregar, passar para frente, relatar, confiar (PONS, 1986, p. 1050). A tradição é, assim, algo que é entregue por uma pessoa a outra, ou melhor: por uma geração a outra, pelos mais velhos aos mais novos. Transmite-se o que vem do passado porque os mais novos não sabem e não conhecem aquilo que os antecede no tempo.

Mas nem tudo que se localiza no passado é tradição. Só passamos para frente o que vale a pena ser lembrado, aquilo que não se quer perder, algo que é tão precioso ou tão significativo que não se pode relegar ao esquecimento. Nesse sentido, a tradição pressupõe um olhar seletivo para o passado, um olhar que discerne aquilo que se deseja preservar daquilo que será esquecido. Se o passado é simplesmente um conjunto de fatos, a tradição, nas palavras de Hannah Arendt (2003, p. 31), “seleciona e nomeia, transmite e preserva, indica onde se encontram os tesouros e qual o seu valor”. Ela pressupõe, portanto, opções baseadas em determinados valores e princípios. Podemos dizer que ela faz uma “leitura” do passado e, desse modo, não representa um relato “objetivo” ou neutro, mas diz respeito a uma herança que depende de escolhas tanto daqueles que a entregam como daqueles que a recebem. Hannah Arendt (2003) se refere à tradição como a um testamento, no qual os antecessores decidem o que e como entregar seu legado àqueles que vêm depois. Essa herança não se compõe apenas de objetos, mas também de conhecimentos e saberes, de práticas e experiências, de modos de agir e de se comunicar, de princípios e compreensões. A visão discernidora sobre o passado do testamento é um elo que liga uma geração a outra, algo que compartilhamos com aqueles que viveram no mesmo lugar, mas em outro tempo.

Um ponto relevante é que essa herança não é o resultado de uma escolha individual. Também não inventamos ou criamos a tradição, mas ela nos é transmitida. É, portanto, uma espécie de vínculo com o passado que compartilhamos com outros. Junto a eles, temos uma história comum e seu significado nos une aos que são herdeiros do mesmo testamento, ou seja, de certa forma fazemos parte de uma comunidade de sucessores. Nesse sentido, a tradição é um fator fundamental para que possa existir um “nós” e não apenas um “eu” ou um conjunto de “eus”. Uma história comum é uma dimensão importante, embora não seja a única, para que possa existir um mundo comum. Assim, apesar de todas as possíveis discordâncias e dos conflitos, pode haver algo que se tem em comum, algo que, pelo menos em parte, justifica o esforço de se conviver com aqueles que, assim como nós, vieram integrar uma história que começou muito antes de suas histórias individuais.

Sustentar que a tradição é um elemento fundamental para a existência de um mundo comum, entretanto, pode nos levar a indagar se isso não significa uma limitação da liberdade do indivíduo.

Uma tradição que não diz respeito a uma escolha individual não seria uma imposição? Ou perguntando de modo mais direto: a tradição tolhe a liberdade do indivíduo? Num primeiro impulso talvez disséssemos que sim, ou seja, afirmariamos que os conceitos de tradição e de liberdade são antitéticos. Pensamos, porém, que vale a pena aprofundar essa questão.

É possível entender por liberdade a não-restrição em realizar os nossos desejos. Uma imagem que, a nosso ver, ilustra bem esse tipo de liberdade é a do pássaro no ar. Ele é livre, pode voar para todos os lados, nada o restringe, ele não está amarrado a nada, também não há nada nem ninguém que o impeça de voar para onde deseja. A liberdade aqui reside na inexistência de laços, na ausência de compromissos, na ausência de outros que possam interferir em suas ações. Independentemente da questão de haver possibilidade de uma liberdade negativa desse tipo – certamente há variantes mais realistas dela –, podemos afirmar que uma liberdade assim concebida é de fato incompatível com a tradição.

A tradição, para sobreviver, pressupõe um “nós”, ou seja, uma pertença a um determinado lugar e a uma determinada comunidade. Fazer parte desse mundo compartilhado não significa aceitar tudo ou negar as diferenças, mas significa ter algo em comum. Há, portanto, um vínculo que impede a total liberdade de movimento que uma ausência de laços permitiria. A tradição que “indica onde estão os tesouros e qual o seu valor” estabelece certos significados e princípios que antecedem as opções pessoais. Nesse sentido, há aqui limites para as realizações individuais. A existência de um mundo comum possibilita, contudo, uma liberdade que, a nosso ver, é muito mais significativa do que uma mera liberdade negativa. Trata-se da oportunidade de poder participar de uma história comum e, portanto, da possibilidade de intervir nela, transformando-a. A liberdade nesse sentido não está isenta da responsabilidade que temos por uma realidade compartilhada. Ser livre aqui é poder agir e ter voz não apenas para defender interesses privados, mas para fazer parte de uma história mais ampla e nela ser um personagem que faz a diferença. Diferentemente de uma liberdade negativa de não interferência, trata-se de uma liberdade que não é ameaçada pela presença de outros, mas pressupõe a existência e o compromisso com um mundo comum. Agir como sendo corresponsável por esse lugar e, ao mesmo tempo, livre para

modificá-lo – é isso que caracteriza não a liberdade irrestrita do indivíduo, mas uma liberdade política².

(2) A esse respeito ver o ensaio *Que é liberdade?*, de Arendt (2003).

Essa liberdade política não é, portanto, um desfazer-se de qualquer vínculo, mas pressupõe a convivência num espaço comum. Com isso retornamos à questão da tradição, que, ao oferecer uma compreensão do passado, de certo modo, forma o chão desse lugar. É claro que a tradição pode sim impedir a liberdade de seus herdeiros, se a entendemos como sendo um modelo fixo que apenas deve ser conservado em sua totalidade tal qual é, sob pena de perder sua identidade. Se fosse assim, a tradição simplesmente exigiria obediência ou submissão. Ela, contudo, não apresenta necessariamente verdades acabadas, muito pelo contrário: só pode ter algum sentido na medida em que as pessoas se apropriam dela. Trata-se, portanto, de uma herança viva.

Ao fazer dos princípios da tradição os “seus” princípios e ao compreender as narrativas como “suas” histórias, o indivíduo estabelece uma relação com eles, ou seja, a apropriação do comum ocorre de um modo singular. Aquilo que é impessoal, porque não se restringe a uma pessoa, mas diz respeito aos muitos, ganha para o indivíduo um sentido pessoal. A tradição depende de seus portadores, que, por sua vez, lhe atribuem um sentido e a resignificam à sua maneira. Nesse processo de transmissão, a preservação é sempre transformação. Manter a tradição viva significa necessariamente modificá-la. É nesse sentido que, a nosso ver, a tradição não tolhe a liberdade, mas lhe dá um conteúdo em relação ao qual ela pode se realizar.

Walter Benjamin (2012), em seu ensaio “O narrador”, se refere a essa tradição viva de modo muito interessante. A tradição aparece aqui como a transmissão ou a comunicação de experiências. As histórias contadas pelos mais velhos ou por aqueles que têm o dom da narração falam das experiências de uma comunidade; histórias que têm algo a nos dizer, com as quais se pode aprender alguma coisa. O narrador se apropriou dessas experiências, que podem ou não tratar daquilo que ele pessoalmente vivenciou, cujo significado vai além da vivência individual. Elas fazem parte de um tesouro de sabedorias e conselhos de uma determinada tradição. Na voz do narrador, a história ganha uma tonalidade única, e, contudo, não deixa de ser a mesma história que outra pessoa lhe contara antes, enquanto seus ouvintes, por sua vez, vão se apropriar a seu modo da história. Nesse processo, as histórias

vão se modificando, há mudanças de ênfase e pequenos acréscimos, aspectos antes secundários ganham relevância e outros são relegados a um segundo plano.

Benjamin (2012, p. 221) explica que o narrador não simplesmente repete um relato de experiência, mas o transforma, fazendo dele “sua” narração:

Ela [a narrativa] não está interessada em transmitir o ‘puro em-si’ da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso.

A marca do narrador não é menos valiosa do que o conteúdo da história; pelo contrário, com cada nova marca, a história fica mais rica. A narração perfeita, explica o autor, é composta pelas camadas de várias re-narrações (BENJAMIN, 2012, p. 223; 1977, p. 448). Elas surgem quando as pessoas, em diferentes momentos e a partir de múltiplas preocupações e interesses, retomam a história e estabelecem uma nova relação com ela, acrescentando elementos novos e dando-lhe novos matizes. Com isso a narrativa não sofre uma perda de autenticidade, ou seja, não se trata de uma omissão ou de falsificação de dados. Pelo contrário, ela se torna mais perfeita cada vez que alguém (indivíduo ou comunidade) a relaciona com a sua própria experiência, resignificando-a.

Por fim, gostaria de destacar que a oposição entre liberdade individual e tradição me parece ser falsa, por mais uma razão que diz respeito à nossa individualidade. Chegamos a ser o que somos na medida em que nos relacionamos com esse mundo que herdamos e que compartilhamos com outros. Em outras palavras, não existe um “eu” anterior ao mundo ou isolado dele. É o mundo que é anterior e em seu contexto o “eu” se forma. Michael Oakeshott explica que a nossa herança não apaga a individualidade e singularidade de cada um, mas, pelo contrário, a enriquece e acentua:

Selves (‘egos’) não são abstrações racionais, são personalidades históricas, estão entre os componentes deste mundo de conquistas humanas; e não há outro modo para um ser humano fazer o máximo de si mesmo do que aprender a reconhecer a si mesmo no espelho de sua herança (OAKESHOTT, 1968, p. 161, tradução nossa).

O nosso legado é como um espelho que reflete a nós mesmos naquilo que é anterior a nós. Entretanto, não é de imediato que nos enxergamos nesse espelho; precisamos nos “reconhecer” nele. Reconhecer-se na herança é conhecer-se de novo, como alguém que pertence a uma história mais ampla. Assim, a tradição, de certo modo, nos revela quem somos ou quem podemos ser.

Esse espelhamento aparece, de outro modo, também no texto de Benjamin. Ele explica que o narrador “retira da experiência o que conta: da sua própria experiência ou da relatada pelos outros. E torna novamente a narração experiência de seus ouvintes”. (BENJAMIN, 1977, p. 443, tradução nossa) Numa história, podemos rever nossas preocupações (que não precisam dizer respeito somente a nós como indivíduos), nossas alegrias e nossas lutas.

A história, de certo modo, reflete o que é semelhante a nós naquilo que, contudo, é diferente. Podemos reconhecer nossa felicidade na felicidade do personagem, mesmo que ele seja diferente de nós e esteja feliz devido a outras razões.

EDUCAÇÃO E TRADIÇÃO

Segundo Hannah Arendt, a tradição ocupa um lugar crucial na educação. Ou, dito de outra forma: educação e tradição compartilham algo fundamental. É a preocupação com a continuidade do mundo público; com um mundo que deve perdurar mesmo quando aqueles que o habitam se forem. O desafio de cada geração é contribuir para a permanência desse lugar, cujo início não vivenciaram e cuja continuação não verão. Em oposição à breve estadia de cada ser humano no mundo, esse lugar, conforme Arendt (2010), é potencialmente imortal. Ele, contudo, depende daqueles que nele entram e saem constantemente.

[...] (o mundo) é criado por mãos mortais e serve de lar aos mortais durante tempo limitado. O mundo, visto que feito por mortais, se desgasta e, dado que seus habitantes mudam continuamente, corre o risco de tornar-se mortal como eles. Para preservar o mundo contra a mortalidade de seus criadores e habitantes, ele deve ser continuamente posto em ordem (ARENDETT, 2003, p. 243).

Assim, esse lugar compartilhado depende da chegada de novos habitantes que poderão cuidar dele e arrumá-lo para que

possa continuar existindo. Entretanto, os que nascem nele não o conhecem ainda. São como estrangeiros neste lugar: precisam ser familiarizados com seus saberes e suas práticas e aprender suas linguagens para poder se sentir em casa nele. Apropriar-se desse mundo que já existia quando nasceram é imprescindível para que possam depois mover-se nele, encontrar o seu lugar e, assim esperamos, modificá-lo para melhor.

A tarefa de acolher os recém-chegados e introduzi-los nesse mundo público é da educação. Além da família, que cuida do bem-estar dos filhos, a instituição pública incumbida de apresentar aos mais novos as tradições comuns, suas histórias, suas conquistas e seus conflitos é a escola. Ela cuida de um mundo que confiaremos à próxima geração, contribuindo, dessa forma, para sua continuidade. Ela também acolhe os que chegam ao mundo e que têm o direito de conhecê-lo, de apropriar-se dele para depois buscarem seus próprios caminhos e poderem intervir naquilo que compartilham com outros.

Segundo Arendt, mostrar o mundo para os novos é a tarefa dos mais velhos que, por terem participado ou estarem participando de seu percurso, são corresponsáveis por ele. “Face à criança é como se ele [o professor] fosse um representante de todos os habitantes adultos, apontando os detalhes e dizendo à criança: – Isso é o nosso mundo” (ARENDE, 2003, p. 239). O professor é o mediador entre o velho e novo, entre o mundo e a criança. Um mediador que não apenas instrui ou passa informações, mas familiariza os novos com algo a ser preservado, algo que tem um significado para ele e que, assim ele espera, possa ganhar um significado para os novos. Nesse sentido, Carvalho (2013), em seu livro *Reflexões sobre educação, formação e esfera pública*, sustenta que a educação tem por tarefa familiarizar os alunos com nossas heranças históricas comuns: a literatura e as artes, as ciências, a filosofia, os valores e práticas sociais por meio dos quais legamos a nossa compreensão do mundo e possibilitamos o surgimento de novas formas de expressão.

Pensamos que o professor tem muito em comum com a figura do narrador em Walter Benjamin. Ele transmite as experiências e saberes, as descobertas e os conhecimentos, os conflitos e as realizações do passado para seus alunos, ou, em outras palavras, lhes apresenta as tradições públicas que lhes são legadas. É como se o professor narrasse as diversas histórias, histórias constitutivas para o nosso mundo, e como se os alunos, na medida em que

se reconhecessem nelas, pudessem entrar nelas, passando assim a fazer parte desse mundo compartilhado. São eles que darão continuidade às histórias do mundo, mas só o poderão fazer se a educação possibilitar que, primeiro, se apropriem desse lugar, e que depois façam desse mundo o “seu” mundo.

Esse é o grande desafio da educação – uma educação que se volta para o passado na esperança de um futuro melhor para o mundo, um futuro em que se preserve o que há de precioso e se transforme o que se rejeita. Educar é, em grande parte, inserir os novos numa tradição viva e em constante transformação. Arendt (2003, p.243) explica que “exatamente em benefício daquilo que é novo e revolucionário em cada criança é que a educação precisa ser conservadora [...]”.

A PERDA DA TRADIÇÃO E A CRISE NA EDUCAÇÃO

Benjamin (2012, p. 123) começa seu ensaio *Experiência e pobreza* lembrando o que perdemos:

(As) experiências nos foram transmitidas, de modo benevolente ou ameaçador, à medida que crescíamos: “Ele é muito jovem, em breve poderá compreender”. Ou: “Um dia ainda compreenderá”. Sabia-se exatamente o significado da experiência: ela sempre fora comunicada aos jovens. De forma concisa, com a autoridade da velhice, em provérbios; de forma prolixa, com a sua loquacidade, em histórias; muitas vezes como narrativas de países longínquos, diante da lareira, contadas a pais e netos. Que foi feito de tudo isso? Quem encontra ainda pessoas que saibam contar histórias como elas devem ser contadas? Que moribundos dizem hoje palavras tão duráveis que possam ser transmitidas como um anel, de geração em geração? Quem é ajudado, hoje, por um provérbio oportuno? Quem tentará sequer lidar com a juventude invocando sua experiência?

Quando o autor escreve sobre o narrador, se refere a ele como a uma figura que não existe mais. Não temos mais histórias a contar, porque não temos mais experiências a comunicar. Não mais nos espelhamos nem nos reconhecemos num mundo que se tornou anônimo. Esse mundo assusta porque nele as pessoas deixaram de ter rosto e história, para se transformarem em partículas empurradas por forças gigantescas que não controlam, como o progresso

tecnológico, a economia e, para Benjamin (2012, p. 214), em especial, a Primeira Guerra Mundial.

Uma geração que ainda fora à escola num bonde puxado por cavalos se encontrou ao ar livre numa paisagem em que nada permanecera inalterado, exceto as nuvens, e debaixo delas, num campo de forças de torrentes e explosões, o frágil e minúsculo corpo humano.

Essa guerra sem sentido, que, devido às novas armas, se transformou num massacre de números até então inimagináveis, deixou as pessoas mudas, sem palavras para contar o que aconteceu. “Não se notou, ao final da guerra, que os combatentes voltavam mudos do campo de batalha; não mais ricos, e sim mais pobres em experiência comunicável?” (BENJAMIN, 2012, p. 214). Quem antes podia ser personagem numa história, agora é reduzido a um corpo minúsculo e insignificante.

Também Hannah Arendt, ao abordar a tradição, se refere àquilo que não existe mais. O passado perdeu sua autoridade, não é mais o chão estável sobre o qual podemos nos movimentar com certa segurança. Sem histórias compartilhadas, o mundo moderno se vê diante da perda de qualquer referência comum. Durante séculos, o tripé autoridade, religião e tradição havia fornecido aos homens um fundamento – baseado em “experiências autênticas e incontes-tes comuns a todos” (ARENDRT, 2003, p. 127) – para compreender o mundo e nele agir. Perdemos esse chão e, num lugar sem certezas e sem nada que nos una a outros, não nos sentimos mais em casa.

“Nossa herança nos foi deixada sem nenhum testamento” são as palavras de René Char com as quais Arendt (2003, p. 28) inicia sua reflexão sobre a quebra entre o passado e o futuro. Dito de outra forma: ainda existe um pretérito, podemos ter informações sobre fatos e acontecimentos do passado e podemos ver as obras que ficaram, mas, sem a tradição que nos diga “onde estão os tesouros e qual é o seu valor”, esse mundo do passado se transforma num amontoado de coisas sem sentido que não constituem uma memória. Recordamos apenas aquilo que é significativo para nós. Por isso as narrativas são lembradas, já que nelas os meros fatos são transformados em histórias. Sem elas, restando as puras ocorrências, também não haverá futuro, porque não há história a ser continuada. Arendt (2003, p. 31) explica que “sem tradição parece não haver nenhuma continuidade consciente no tempo, e,

portanto, humanamente falando, nem passado nem futuro, mas tão somente a sempiterna mudança do mundo e o ciclo biológico das criaturas que nele vivem". Nesse lugar sem tempo humano nada parece fazer sentido, segundo a autora.

Benjamin, por sua vez, aponta para a ausência de sabedoria. Se antes o narrador aconselhava seus ouvintes por meio de suas histórias, hoje não mais estamos em condições de dar ou receber conselhos.

[...] se 'dar conselhos' parece hoje algo antiquado, isto se deve ao fato de as experiências estarem perdendo a sua comunicabilidade. Em consequência, não podemos dar conselhos nem a nós mesmos nem aos outros. Aconselhar é menos responder a uma pergunta do que fazer uma sugestão sobre a continuação de uma história que está se desenrolando. Para obter essa sugestão, será necessário primeiro saber narrar a história [...]. O conselho tecido na substância da vida vivida tem um nome: sabedoria. A arte de narrar aproxima-se de seu fim porque a sabedoria – o lado épico da verdade – está em extinção (BENJAMIN, p. 216-217).

Benjamin não nos oferece soluções. Junto com Kafka – o grande narrador ao avesso, que comunica com maestria não conselhos, mas a própria desorientação –, ele parece se resignar a uma "longa paciência às vezes desesperada, essa morada exata e atenta no desmoronamento, pois não é possível, ou, pelo menos, ainda não é possível, nem voltar para trás, para uma harmonia ancestral, nem reconstruir um outro mundo" (GAGNEBIN, p. 67). Também Arendt (2003, p. 245) explica que a perda da tradição é irreparável: "não se pode, onde quer que a crise haja ocorrido no mundo moderno, ir simplesmente em frente, e tampouco simplesmente voltar para trás".

Essa perda atinge a educação em seu cerne. Sem nada significativo a transmitir, sem conselhos a dar, não temos o que comunicar aos mais novos. Não mais é possível convidar os recém-chegados a fazer parte de um mundo sendo que sequer nós mesmos nos sentimos em casa nele. A perda da tradição e o moderno estranhamento do mundo impossibilitam uma educação que tenha um compromisso com um mundo compartilhado.

A reflexão de Arendt sobre a crise na educação é de certo modo frustrante, pois não aponta para perspectivas. A autora, contudo, toma uma posição surpreendente. Depois de explicar que a perda

da tradição levou ao impasse na educação, ela afirma, categoricamente, que apesar de tudo isso, não podemos desistir da educação. “A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele [...]. A educação é, também, onde decidimos se amamos as nossas crianças o bastante para não expulsá-las de nosso mundo” (ARENDR, 2003, p. 247). Assim, apesar de não ver saída, Arendt não nos isenta da nossa responsabilidade pelo mundo e pelas crianças. E finalmente, podemos lembrar que, mesmo sem apresentar soluções, a autora nos alerta, em diversos momentos, sobre nossa potencial capacidade de mudarmos o andamento das coisas. Em A crise na educação especificamente, ela ressalta que

ao considerar os princípios da educação temos de levar em conta esse processo de estranhamento do mundo; podemos até admitir que nos defrontamos aqui presumivelmente com um processo automático, *sob a única condição de não esquecermos que está ao alcance do poder do pensamento e da ação humana interromper e deter tais processos* (ARENDR, 2003, p. 245, grifo nosso).

Se encontramos em Benjamin a paciência para suportar o vazio, “essa morada exata e atenta no desmoronamento”, Arendt insiste na premência em buscarmos compreender a crise do mundo e seus reflexos devastadores na educação. Ela afirma, porém, que não há compreensão sem compromisso político: afinal, compreender, em suas palavras, significa “encarar a realidade sem preconceitos e com atenção, e resistir a ela – qualquer que seja” (ARENDR, 1989, p. 12).

Resistir a uma sociedade atomizada, composta por indivíduos incapazes de se comunicar uns com os outros e sem experiências compartilhadas, é continuar apostando na possibilidade da existência de um mundo comum, apesar de ir contra todas as evidências. Arendt aprendeu com Benjamin que, na ausência de uma tradição, pode-se “descobrir novas formas de tratar o passado” (ARENDR, 2008, p. 208). Segundo a pensadora, Benjamin transformou-se num mestre “ao descobrir que a transmissibilidade do passado fora substituída pela sua citabilidade” (ARENDR, 2008, p. 208-209). Assim, diante da irreparável ausência de uma tradição coesa e intacta, talvez surja a possibilidade de estabelecer uma outra relação com a herança que nos foi deixada “sem testamento”. A educação perde seu sentido quando os mais velhos nada têm a ensinar, mas quiçá possamos encontrar nesse passado fragmentado algo que vale a pena “citar”, não

para conservá-lo intocado, mas para nos apropriarmos dessa “citação” ao nosso modo. Talvez seja apenas isso que possamos ensinar e confiar aos nossos alunos, para que tenham a chance de atribuir uma dimensão de profundidade e sentido ao presente como continuidade de uma história que os antecedeu, de fato ou enquanto narrativa.

REFERÊNCIAS

- ARENDT, H. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo. Revisão e apresentação Adriano Correia. 11. ed. revista. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- ARENDT, H. *Entre o passado e o futuro*. Tradução de Mauro W. Barbosa. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- ARENDT, H. *Origens do totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ARENDT, H. Walter Benjamin: 1892-1940. In: ARENDT, H. *Homens em tempos sombrios*. Tradução Denise Bottmann e Posfácio Celso Lafer. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p.165-222.
- BENJAMIN, W. Der Erzähler: Betrachtungen zum Werk Nikolai Lesskows. In: BENJAMIN, W. *Gesammelte Schriften*. Mitwirkung von Theodor. W. Adorno, Gershom Sholem. Herausgegeben von Rolf Tiedemann, Hermann Schweppenhäuser. Frankfurt (am Main): Suhrkamp, 1977. Bd. II 2, S. 438-465.
- BENJAMIN, W. Experiência e pobreza. In: BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. 8. ed. revista. São Paulo: Brasiliense, 2012. p. 123-128. (Obras Escolhidas v. 1).
- BENJAMIN, W. O narrador. In: BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. 8. ed. revista. São Paulo: Brasiliense, 2012. p. 213-240. (Obras Escolhidas v. 1).
- CARVALHO, J. S. *Reflexões sobre educação, formação e esfera pública*. Porto Alegre: Penso, 2013.)
- DEWEY, J. *Experiência e educação*. Tradução de A. Texeira. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1976.
- GAGNEBIN, J. M. *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- PONS-Globalwörterbuch Lateinisch-Deutsch, 2. Aufl. Stuttgart: Klett, 1986.

Recebido: 06/03/2014. Aprovado: 10/12/2014.

